



BOLETIM DE DIREITO MUNICIPAL

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

- ASPECTOS CONCEITUAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NÃO RENOVÁVEIS – Exploração de petróleo e gás natural no Brasil (Carlos José Saldanha Machado e Rodrigo Machado Vilani) 713
- AUTONOMIA FINANCEIRA MUNICIPAL: CONTRADIÇÃO OU REALIDADE? (Rodolfo Schöntag) 722
- O PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL E A INICIATIVA DE LEI – Da organização administrativa municipal – O caso do alvará condicionado na Cidade de São Paulo (Jamile Gonçalves Calissi) 727
- SERVIDOR PÚBLICO – Exercício de mandato eletivo de vereador com dois cargos públicos efetivos acumuláveis – Necessidade da comprovação da compatibilidade de horários – Licenciamento de um dos cargos, sem remuneração – Possibilidade – Observância ao teto remuneratório – Interpretação do art. 38, inc. III, da CF (TCMG) 738

JURISPRUDÊNCIA

- LEI MUNICIPAL – Diploma legal que dispõe sobre a dispensa da utilização das catracas de ônibus pelos usuários obesos – Indeferimento da cautelar para suspender a eficácia da legislação – Passageiros que continuam a pagar a tarifa – Matéria relativa ao acesso igualitário de todos os cidadãos ao transporte público, com respeito às suas características peculiares – Competência comum (TJMG) 743
- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Caracterização – Prefeita Municipal – Nomeação de estrangeiro para exercer o cargo de Secretário Municipal – Vedação contida em dispositivo da LOM – Ato administrativo nulo – Prejuízo ao Erário – Percepção de remuneração pelo alienígena – Ressarcimento integral do dano de forma solidária – Inviabilidade da invocação da vedação de enriquecimento sem causa da Administração em face da prestação de serviço – Benefício involuntário à Urbe (TJRS) 746

continua...

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) – Legis- lação municipal que prevê a progressividade no tempo – Lei local não específica, que apenas faz menção à Lei Federal nº 10.257/2001 – Inexistência de Plano Diretor prévio ao diploma legal que disponha sobre cobrança do imposto extrafiscal – Declaração de sua inconstitucionalidade por Órgão Especial – Aplicação da alíquota mínima para a categoria do imóvel – Inteligência do art. 182, §§ 1º e 4º, da CF e art. 5º do Estatuto da Cidade (TJSP)	755
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL – Instituição financeira – Descumprimento de lei municipal que limita o tempo de espera por atendimento nas agências bancárias – Aplicação de multa pelo Procon – Legitimidade – Inexistência de sobreposição entre as atribuições do Banco Central e dos órgãos de proteção ao consumidor – Competência da Urbe para legislar sobre a matéria de interesse local – Redução do montante das sanções pecuniárias – Observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade (TRF5ºR)	759

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL